

Prefácio

O Centro Acadêmico Afonso Pena, através de vasto programa de atividades, não esqueceu a importância da formação cultural e jurídica dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

No desenvolvimento dessa programação cria a *Revista do CAAP*, órgão discente fundado em 1908, repositório das melhores tradições jurídicas, culturais e peças escritas dos discursos e conferências. A Revista que o CAAP está lançando exercerá benéfica influência nessa preparação do futuro Advogado. O convite à elaboração de um texto jurídico, dirigido aos alunos da Faculdade, é o marco de uma longa e proveitosa caminhada, que trarolíticas, não apenas de Minas Gerais.

Ao instituir o “Concurso de Artigos de Alunos da Graduação”, aberto a todos os estudantes da Faculdade de Direito da UFMG, a Gestão Participação, tornando realidade esse projetos, cria este instrumento de divulgação cuja finalidade foi muito bem definida, por aqueles que incentivaram o desenvolvimento das atividades intelectuais, na Casa de Afonso Pena:

“O objetivo primordial é oferecer ao aluno da graduação a possibilidade de escrever um texto jurídico e vê-lo publicado, dando enfim, valor ao que se produz e ao que pode vir a ser produzido pelos alunos em início de formação jurídica.

Visamos também a divulgar e fomentar discussões jurídicas na graduação, algo fundamental para a formação não só dos futuros pesquisadores do Direito e pós-graduandos, como para a formação de profissionais do Direito com uma visão mais ampla e avançada.

Estamos trabalhando para atender o interesse acadêmico direto dos estudantes desta Faculdade. Mais projetos virão ao longo do ano. Aguarde e participe.”

Nessa oportunidade, o “Centro Acadêmico Afonso Pena” presta merecida homenagem ao ilustre constitucionalista brasileiro Professor Raul

Machado Horta, uma das maiores figuras do Direito Constitucional Brasileiro, posição que consolidou por meio de vasta obra jurídica que engrandece a publicista nacional.

Para examinar os trabalhos apresentados foram constituídas Bancas Examinadoras de Direito Público, de Direito Civil, Processo Civil e Comercial, Introdução ao Estudo do Direito do Trabalho, Direito Penal e Processo Penal.

Esses trabalhos revelam a excelente formação de seus autores, no exame de vasta temática vinculada aos diversos segmentos do direito, acima mencionados.

Iniciando pelos estudos de "Direito Público", encontramos o trabalho de Igor Mauler Santiago, denominado "Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade do AIR".

Partindo dos aspectos polêmicos da declaração de inconstitucionalidade, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em ADIn, seu autor baseando-se em excelente bibliografia, faz diversas considerações sobre a doutrina norte-americana da *Living Constitution*, examinando a inaplicabilidade no Direito Brasileiro, ocasião em que desenvolve questionamentos sobre o ato jurídico perfeito, a prescindibilidade da lei complementar e o prazo decadencial para a propositura do pedido repetitório.

Eurico Bitencourt Neto, em "A Medida Provisória e seus Limites Quanto à Matéria", examina o Instituto Jurídico, partindo do deslocamento da atividade legislativa e a medida provisória. Focalizando tema polêmico, abrange as limitações materiais à edição de medida provisória, com incursões nos pressupostos de relevância e urgência. Ao mesmo tempo relaciona a medida provisória e a lei complementar, bem como a medida provisória e a lei delegada.

O autor, em lúcida exposição, focaliza a medida provisória e a matéria tributária. Ao mesmo tempo destaca a medida provisória e matéria penal, quando ressalta o pressuposto da reserva legal, como suporte da matéria penal. Conclui que a medida provisória é instrumento necessário e adequado ao Estado Contemporâneo, nas oportunidades em que os problemas não podem ser resolvidos pelo processo legislativo normal.

"Cidadania: Evolução e Implementação" é o estudo de Cláudia Maria Toledo da Silveira, que inicia por um minucioso levantamento da evolução histórica do conceito de cidadania, desde a antiguidade clássica, passando por doutrinadores clássicos como Grotius. Aponta as transformações ocorridas nos direitos fundamentais, que não se restringem apenas a direitos individuais e políticos. Com acerto, examina o Estado Liberal, as constituições sociais, com destaque para a Constituição do México de 1917 e a de Weimar, de 1919.

Demonstrando a evolução do conteúdo desses direitos, ao lado dos direitos políticos, ressalta o papel dos direitos sociais e dos direitos econômicos.

Preocupa-se a autora com os instrumentos de implementação da cidadania no Brasil, mencionando a importância das garantias processuais e os institutos do Mandado de Injunção, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão. Esse estudo destaca pontos essenciais como a tutela jurisdicional do Estado e o devido processo legal. Ao lado dessa temática, a autora destaca temas essenciais com juiz natural, princípio da ampla defesa e do contraditório, publicidade dos atos processuais e independência do juiz. Na mesma oportunidade examina as garantias processuais utilizadas através do *habeas corpus*, mandado de segurança, mandado de segurança coletivo, mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade por ação e por omissão, ação popular, ocasião que estuda o objeto da garantia processual, bem como a legitimidade ativa e a legitimidade passiva.

Os trabalhos de Direito Civil, Processo Civil e Comercial, iniciam-se pelo estudo "A Desmanicomização da Loucura e o Direito", de autoria de Brunello Souza Stancioli. Já na ementa, entramos em contato com a finalidade do trabalho que visa: "O artigo busca uma reflexão sobre o indivíduo louco e as práticas médicas concernentes à loucura, inclusive os manicômios. Para tanto, tenta-se reconstruir a genealogia da loucura e os seus fundamentos ao longo da História. Realiza-se, após, uma análise de como o Direito pode intervir na situação dos loucos na sociedade hodierna e procede-se a uma análise do Projeto de Lei n. 3657/89, do Deputado Paulo Delgado, o qual prevê a extinção dos manicômios e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória."

Analisando a genealogia da loucura, o trabalho foi buscar, dentre outros, estudos de Michel Foucault, que nos fornece importante contribuição para a matéria. O Crescimento das preocupações com os problemas humanos, tomando as pessoas em sua diversidade, é uma constante nos modernos estudos sociais, jurídicos e psicanalíticos. Convém ressaltar as preocupações do autor com o problema dos hospitais. Merece destaque a parte que trata do direito e o louco, com reflexões sobre a extinção dos manicômios.

Frederico Augusto de Oliveira Santos, em "Filiação e Concubinato" realiza detida análise do Instituto da Filiação, com destaques para os aspectos processuais das Leis n. 8.560/92 e 8.971/94. A filiação do direito contemporâneo passou por grandes transformações, inclusive obtendo novo tratamento constitucional. Essas reflexões levam à considerações sobre as

concepções modernas de filiação, referindo-se o autor ao vínculo biológico e a paternidade responsável, bem como a idéia de filiação responsável.

Os trabalhos decorrentes das apreciações feitas pela Banca examinadora de "Introdução ao Estudo do Direito e do Direito do Trabalho", como os outros apresentam grande talento e vocação para pesquisa.

"Justiça Social" é o título do trabalho de Ronaldo da Silva, no qual seu autor vincula a noção de justiça, à idéia de igualdade e os princípios da cidadania. Com o embasamento na importante obra de Joaquim Carlos Salgado "A idéia de Justiça em Kant – seu Fundamento na Liberdade e na Igualdade", esse estudo refere-se ao Estado ideal de Platão, com considerações sobre a justiça como virtude e o justo. Essas considerações se estendem a Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Kant.

Com referência a Hobbes, Locke e Rousseau, Ronaldo da Silva faz reflexões sobre o Estado, Contrato Social e Justiça. O liberalismo, o marxismo e a justiça social, são examinados à luz de Adam Smith e David Ricardo, Estado Liberal e Estado mínimo, aí tratados, constituem muitos de múltiplas investigações. A desigualdade, reinante na sociedade brasileira, é motivo de averiguações nesse estudo.

Maria Tereza Fonseca Dias, no artigo "A Tópica como Metodologia atual e sua Aplicação em Direito" inicia com a questão da justiça, grande preocupação nos dias de hoje. A tópica e a jurisprudência, principalmente a de Viehweg, mereceu várias considerações, como preocupações de ordem prática.

O Direito Penal e o Processo Penal", também, forneceu sua colaboração nesses estudos, inicialmente com Luciano Sotero Santiago, em "O Direito Penal Brasileiro em face da Macro e Microcriminalidade", ressalta a inadequação do mesmo à realidade social. A evolução ideológica do Direito Penal, de conteúdo autoritário, teve o tratamento devido. O Direito Penal Democrático é relacionado pelo autor como o Estado Social e Democrático de Direito, que no seu entendimento caracteriza-se pela valorização da dignidade humana e pela busca de uma sociedade livre, justa e igualitária. Este novo Direito Penal iria atender os interesses da sociedade, entre os quais o autor ressalta: "Princípio da legalidade ou da reserva legal, da Humanidade, da Intervenção Mínima, da Culpabilidade, da Proporcionalidade e da Idoneidade." Tratando do bem jurídico constitucionalmente relevante, entende o autor que o Direito Penal democrático tem como objetivo assegurar os valores fundamentais da dignidade humana e da liberdade. Suas preocupações vão ao conceito material de delito e as tendências político criminais do Direito Penal Moderno, que se consubstancia em certos princípios penais.

Fábio Luís Guimarães, em seu trabalho "Aplicabilidade das Regras Mínimas para Tratamento do Preso no Sistema Prisional Brasileiro", tece considerações sobre as regras mínimas, no que toca ao tratamento do preso e a Lei de Execução Penal, no sistema prisional brasileiro. No início de seu trabalho focaliza assunto importante quando fala dos recursos financeiros para o aprimoramento da execução penal. Partindo das regras mínimas estabelecidas no I Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (1955), examina as regras de aplicação geral, as instalações dos estabelecimentos penitenciários, pessoal penitenciário, procedimentos regimentais.

São examinadas as regras aplicáveis às categorias especiais, sem descurar das regras gerais, sendo que estas são aplicáveis às seguintes categorias: condenados, presos alienados e enfermos mentais, detidos e presos preventivamente e sentenciados por ilícitos civis.

Ainda no mesmo grupo está o trabalho de Claudio Henrique Ribeiro da Silva denominado "Pontos para uma Discussão sobre a Questão das Drogas". Conforme ressalta o elaborador deste trabalho, visou o mesmo focalizar a questão das drogas do ponto de vista jurídico sociológico. Sendo que juridicamente deu saliência a dois artigos da Lei n. 6.368/76. Após fornecer o conceito de droga, mostra a relação entre o direito e as drogas, apontando as atitudes a respeito do assunto: Postura punitivo-repressiva e Posturas Alternativas. Ao mesmo tempo examina a postura legalizante e a postura Descriminalizante. Este trabalho de saliência aos artigos 12 e 16 da Lei n. 6.368 de 21/10/1976, com exame da classificação das drogas quanto aos efeitos fisiológicos.

Os trabalhos acima mencionados vêm relevar o desenvolvimento da pesquisa na Faculdade de Direito da UFMG, numa demonstração da produtividade científica dos alunos. Convém ressaltar que a idéia do Centro Acadêmico Afonso Pena, na divulgação desses trabalhos, merece, por parte dos professores e dos alunos o maior incentivo e apoio.

José Alfredo de Oliveira Baracho
Professor Titular. Livre Docente. Doutor em Direito.
Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação
(Doutorado e Mestrado).